

ANEXO 05
DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL
(Declaração exclusiva para candidato que divide aluguel)

Eu, Wilton da Costa Moreira Júnior,
portador da carteira de identidade nº 70964989158, e CPF nº 70964989158,
acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de Engenharia de Software da
Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei
para comprovação do Cadastro Socioeconômico que divido com as pessoas abaixo nominadas
e assinadas, os gastos de aluguel do imóvel situado no endereço
Rua Dr. Getúlio Vargas, nº 2732, sendo que o valor total do aluguel
é de R\$ 1290,17 (legível) e que o valor mensal que cabe a mim contribuir é de R\$
645,09 (legível).

Anexar cópia do contrato de aluguel.

Nome e assinatura dos demais moradores:

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ ALBERTH NEPPEL**
Data: 21/03/2026 22:19:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1. Nome Completo (legível): Luiz Alberth Neppel

Assinatura e telefone: 47992161571

2. Nome Completo (legível): Wilton da Costa Moreira Júnior

Documento assinado digitalmente
 **WILTON DA COSTA MOREIRA JUNIOR**
Data: 21/03/2026 21:12:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura e telefone: 47996117686

3. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone: _____

4. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone: _____

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a averiguar a informação acima.

Data: 21 / 03 / 2026

Documento assinado digitalmente
 **WILTON DA COSTA MOREIRA JUNIOR**
Data: 21/03/2026 21:13:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei N° 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.